

MICROSCÓPIO

15-X-48 Raul Pila

Tem o indivíduo, na democracia, duas esferas de acção perfeitamente delimitadas: a vida privada e a vida pública. Numa, desenvolve elle a sua actividade profissional, para sustento próprio e dos seus, trata, em summa, dos seus interesses particulares; na outra, são os interesses gerais e superiores da colectividade o alvo que visa, ou deve visar. Como particular, o seu interesse pode ser um; como cidadão, o seu interesse pode ser diverso e, até, antagónico do interesse privado.

Assim, ninguém gosta de pagar impostos, pois representam desfalque da renda ou dos haveres de cada um; mas todos quantos não sejam inteiramente destituídos de espirito público reconhecem a necessidade de pagá-los, assim, aos ricos não convém o imposto de renda e, ainda menos, o imposto progressivo, mas muitos ricos aceitam de bom grado e preconizam tal imposto, de preferência ao de consumo, que grava mais, proporcionalmente, as classes pobres, por reconhecerem ser aquele mais justo e conveniente do que este.

Da existência destas duas ordens distintas de interesses decorrem duas consequências forçosas: primeira, uma esfera não deve invadir a outra; segunda, por incluir os interesses fundamentais de todos, a esfera pública sobreleva à esfera privada.

Ora, estes princípios têm sido desconhecidos por dois institutos: a representação profissional, com que as ditaduras procuram fingir de democracia, e os partidos de classe, como o ruralista, que ora se está querendo organizar no país.

Com partidos de classe, em vez de partidos políticos, a democracia não poderia funcionar, porque a vida pública se reduziria a simples choques de interesses particulares, procurando cada qual prevalecer sobre os outros. Nos partidos políticos, pelo contrário, os interesses particulares, embora não esquecidos ou relegados, acham-se subordinados ao interesse geral, ou, para falar mais precisamente, a uma concepção determinada do interesse geral. Por isto, os partidos socialistas, por exemplo, embora sejam constituídos principalmente de proletários, abrangem em suas fileiras pessoas das mais diversas classes sociais, das mais baixas às mais altas, porque, preconizando uma determinada fórmula para realizar o bem comum, nêles cabem todos quantos a julguem acertada.

Mas não serão legítimos e, portanto, dignos de consideração os interesses particulares das várias classes sociais ou profissionais? Por certo, mas seu órgão adequado de expressão não é, não pode ser o partido político, senão simplesmente o sindicato e a associação de classe. E são justamente os ruralistas os que disto nos dão a melhor demonstração. Existem em vários Estados, como o Rio Grande do Sul, uma admirável rede de associações rurais, que intervém sempre que se acham em jogo os interesses da classe. E isto é o que está certo, pois partidos de classe apenas podem significar que, ao interesse geral, se pretende sobrepor o interesse particular.